

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.178 - SE (2018/0270481-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALFREDO JOSÉ MACHADO DOS ANJOS - SE002195
AGRAVADO : EZEQUIEL FRANCISCO DE GOIS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO ENTRE OS TERMOS DO ACÓRDÃO. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284/STF. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Sergipe que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 6º, 9º, 485, inciso III, § 6º, 771, 1.013 e 1.022 do Código de Processo Civil.

Assevera que apesar de "*antes mesmo da prolação da decisão extintiva da ação de execução, havia protocolado petições promovendo o regular andamento do feito, cujas manifestações sequer chegaram a ser apreciadas pelo juízo de piso*", o "*feito executivo foi extinto sem julgamento de mérito sob a alegação de abandono da causa*". Afirma que "*a proibição da decisão surpresa impede que um juiz ou tribunal decida qualquer impasse, dentro do processo, ainda que seja questão de ordem pública, sem que se tenha dado,*

previamente, oportunidade as partes de se pronunciarem a respeito dela". Sustenta que "o processo de execução seguia seu curso normal, tendo todos os atos ordinatórios, proferidos pelo magistrado sentenciante, sido atendidos diligentemente pelo banco apelante", bem como "a intimação datada de 21/10/2016 foi dirigida ao Requerido e não ao Banco Exequente". Entende que "em nenhum momento o apelante teve a oportunidade de se manifestar sobre a tese inovadora contida da sentença".

Sustenta que "não há o que falar em inércia do Banco Recorrente nem sequer abandono da causa, mas em omissão do Juízo a quo no fornecimento da prestação jurisdicional requerida pelo recorrente".

Entende que o acórdão seria contraditório, pois "confirmou a sentença extintiva por suposto abandono da causa pelo Banco Recorrente, quando a simples análise das duas petições (fls. 403 e 408/409) permite concluir exatamente o contrário, isto é, que o BNB impulsionou o feito em duas ocasiões anteriores à prolação da sentença extintiva, sem que tivesse havido a apreciação de tais requerimentos pelo juízo de primeiro grau".

Afirma que "o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os argumentos trazidos pela recorrente no seu recurso de apelação, com o que violou o princípio recursal do duplo grau de jurisdição, até porque a sentença de primeiro grau também deixou de analisar e valorizar a prova apresentada pela recorrente sem a adequada e necessária fundamentação".

Afirma que "as recorridas já haviam sido citadas, logo não cabia mais ao julgador extinguir de ofício o presente processo, pelo contrário, para que ocorresse tal hipótese, as apeladas deveriam apresentar expresse requerimento naquele sentido, dado que, só assim, acaso restasse configurado o abandono da causa, poderia haver a extinção do feito".

Este recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

No que tange à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o recurso não comporta provimento.

A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é aquela que se estabelece no âmbito interno do julgado embargado, ou seja, a contradição do julgado consigo mesmo, e não em relação a parâmetro externo.

No caso, as razões recursais tornam absolutamente inequívoco que os embargos de declaração foram opostos com o manifesto intuito de obter reconsideração da decisão agravada, bastando para tanto observar que a suposta contradição decorre do único fato do Tribunal de origem ter rejeitado sua pretensão recursal.

Note-se que o recorrente limita-se a dizer que o acórdão seria contraditório por ter confirmado "*a sentença extintiva por suposto abandono da causa pelo Banco Recorrente, quando a simples análise das duas petições (fls. 403 e 408/409) permite concluir exatamente o contrário, isto é, que o BNB impulsionou o feito em duas ocasiões anteriores à prolação da sentença extintiva, sem que tivesse havido a apreciação de tais requerimentos pelo juízo de primeiro grau*". A contradição é claramente estabelecida com elemento externo ao acórdão, não entre as proposições do próprio acórdão, confirmando que não havia qualquer vício que pudesse ser sanado com a oposição de embargos declaratórios.

No que tange às demais questões, o recurso sequer supera o juízo de admissibilidade.

No que tange à alegada violação dos artigos 6º, 9º, 771 e 1.013 do Código de Processo Civil, é patente a deficiência das razões recursais, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 284/STF.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta

que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

Em que pese o recorrente indique os dispositivos legais que entende terem sido violados, das razões apresentadas simplesmente não é possível compreender como isto teria ocorrido na espécie.

No que tange ao artigo 771 do Código de Processo Civil, o recorrente literalmente apenas alega que este dispositivo teria sido violado, inexistindo qualquer palavra destinada a elucidar como isto teria ocorrido na espécie.

No que tange aos artigos 6º e 9º do Código de Processo Civil, constitui pressuposto da tese recursal a indicação de questão sobre a qual as parte nunca teve a oportunidade de se manifestar. Se o próprio recorrente reconhece que, *"Expedido o mandado de intimação, com a ciência do Banco Recorrente, concluiu o Banco ser despicienda uma nova manifestação nos autos"*, é absolutamente temerário que fale em surpresa. O recorrente simplesmente não indica qual seria a questão sobre a qual não teve a oportunidade de se manifestar, sendo patente que está a confundir improcedência com surpresa.

No que tange ao artigo 1.013 do Código de Processo Civil, o recorrente afirma que *"o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os argumentos trazidos pela recorrente no seu recurso de apelação, com o que violou o princípio recursal do duplo grau de jurisdição, até porque a sentença de primeiro grau também deixou de analisar e valorizar a prova apresentada pela recorrente sem a adequada e necessária fundamentação"*. Nada obstante, das próprias razões recursais resta claro que a questão que foi devolvida à apreciação do Tribunal de origem foi se o processo poderia ter sido extinto sem julgamento do mérito com fundamento no abandono do processo, a qual o próprio recorrente reconhece que foi apreciada pelo Tribunal de origem, impossibilitando a compreensão de modo como poderia ter ocorrido a violação

do dispositivo legal indicado. O que se nota, novamente, é que o recorrente está a confundir improcedência com ausência de apreciação.

No que tange à alegada violação do artigo 485, § 6º, do Código de Processo Civil, o recorrente simplesmente não impugnou o fundamento do acórdão recorrido. O Tribunal de origem pontua que referido dispositivo legal dispõe expressamente que *"somente quando oferecida defesa é que se torna necessário o prévio requerimento do Réu, para que então se possa extinguir o feito por causa do abandono"* e, na espécie, apesar de citadas, as executadas não apresentaram defesa.

O recorrente, todavia, limita-se a dizer que, *"fazendo uma interpretação sistemática do § 6º do art. 485 do CPC/15 que traz a necessidade de requerimento do réu, após apresentação de contestação, para a extinção do processo em razão do abandono da causa, com os demais dispositivos concernentes ao processo de execução, infere-se que deveriam as apeladas ter requerido ao Juízo a quo a extinção do processo"*, não apresentando qual seria o lastro desta *"interpretação sistemática"*. Em outras palavras, simplesmente não há a indicação de qual seria o fundamento para simplesmente desconsiderar a redação expressa do dispositivo legal indicado, qual seria o lastro da interpretação pretendida.

No que tange à questão remanescente, é patente a incidência da Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, o recorrente torna imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a

veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

A discussão sobre prova somente tem sido admitida nos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão e sobre os quais não há controvérsia. Assim, no segundo caso é necessário que o recorrente demonstre que há ponto incontroverso desconsiderado no acórdão. No primeiro caso, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Resta inequívoco que a discussão está restrita a verificar se as "*petições juntadas aos autos em 06/10/2016 (fls. 403 – pedido penhora de veículo) e 20/10/2016 (fls. 408/409 – pedido de expedição de alvará com ressalva para posterior apresentação de cálculos do saldo remanescente)*" teriam ou não cumprido "*na integra o despacho publicado no dia 17/10/2016*", questão estritamente fática, que certamente demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos.

A isto cumpre acrescentar que o próprio recorrente se infirma. Transcrevo a decisão transcrita pelo próprio recorrente em suas razões recursais:

“Considerando o art. 2º da Lei Estadual nº 8.085/2015, intime-se o requerido para promover o pagamento das custas discriminada no inciso XXIII do anexo I. Com a juntada do comprovante de pagamento, renove-se o alvará judicial da quantia bloqueada às fls. 130. Após, ao autor para cumprir na integra o despacho publicado no dia 17/10/2016.”

Como se pode observar, o próprio recorrente torna inequívoco que é falsa a assertiva de que "*a intimação vertida em fls. 411 (cuja certidão de fls. 414 aduz a fluência in albis do prazo) foi direcionada ao Requerido e não ao Banco*", inexistindo qualquer dificuldade para se observar que o recorrente foi intimado para que cumprisse "*na integra o despacho publicado no dia 17/10/2016*".

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator